

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	658.918.293
Preferenciais	0
Total	658.918.293
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.144.296	2.185.099
1.01	Ativo Circulante	23.045	22.105
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.265	5.683
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.659	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.659	0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.659	0
1.01.03	Contas a Receber	13.339	12.081
1.01.03.01	Clientes	13.339	12.061
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	20
1.01.03.02.01	Contas a Receber e outros recebíveis - Parte Relacionadas	0	20
1.01.06	Tributos a Recuperar	719	660
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	719	660
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.516	1.079
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.547	2.602
1.01.08.03	Outros	1.547	2.602
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	447	749
1.01.08.03.20	Outros	1.100	1.853
1.02	Ativo Não Circulante	2.121.251	2.162.994
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	212.350	207.876
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.886	24.583
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	3.886	24.583
1.02.01.04	Contas a Receber	1.127	996
1.02.01.04.01	Clientes	1.127	996
1.02.01.07	Tributos Diferidos	205.061	179.959
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	205.061	179.959
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.576	1.690
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	700	648
1.02.01.10.03	Déposito judiciais	700	648
1.02.03	Imobilizado	13.606	17.363
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.989	5.001
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.617	12.362
1.02.04	Intangível	1.895.295	1.937.755
1.02.04.01	Intangíveis	1.895.295	1.937.755
1.02.04.01.02	Intangível	1.699.623	1.737.188
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	195.672	200.567

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.144.296	2.185.099
2.01	Passivo Circulante	176.128	173.113
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.018	5.819
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.018	5.819
2.01.02	Fornecedores	9.894	14.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.894	14.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.074	3.282
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.689	2.244
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.689	2.244
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.385	1.038
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	93.777	89.737
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	93.777	89.737
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	93.777	89.737
2.01.05	Outras Obrigações	34.304	33.432
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.719	17.766
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	14.779	14.841
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.940	2.925
2.01.05.02	Outros	17.585	15.666
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	10.984	10.439
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	464	444
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	3.035	1.503
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	2.917	3.280
2.01.05.02.12	Risco Sacado	185	0
2.01.06	Provisões	29.061	25.924
2.01.06.02	Outras Provisões	29.061	25.924
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	29.061	25.924
2.02	Passivo Não Circulante	1.283.565	1.278.533
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	338.814	408.557
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	338.814	408.557
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	338.814	408.557
2.02.02	Outras Obrigações	867.918	788.792
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	842.071	764.357
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	842.071	764.357
2.02.02.02	Outros	25.847	24.435
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	18.801	15.017
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	7.046	9.418
2.02.04	Provisões	76.833	81.184
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.571	47.158
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	219	248
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	29.766	28.570
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	17.586	18.340
2.02.04.02	Outras Provisões	29.262	34.026
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	29.262	34.026
2.03	Patrimônio Líquido	684.603	733.453
2.03.01	Capital Social Realizado	1.034.789	1.034.789

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-350.186	-301.336

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	82.852	237.767	85.827	246.763
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-85.248	-247.252	-91.606	-268.373
3.03	Resultado Bruto	-2.396	-9.485	-5.779	-21.610
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.088	-14.012	-3.140	-11.776
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.239	-14.405	-3.493	-12.195
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.239	-14.405	-2.610	-10.297
3.04.02.02	Remuneração da Administração	0	0	-883	-1.898
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	151	393	353	419
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-7.484	-23.497	-8.919	-33.386
3.06	Resultado Financeiro	-20.372	-50.455	-14.229	-47.736
3.06.01	Receitas Financeiras	110	327	70	584
3.06.01.01	Receitas Financeiras	110	327	70	584
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.482	-50.782	-14.299	-48.320
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.445	-50.745	-14.257	-48.278
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-37	-37	-42	-42
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-27.856	-73.952	-23.148	-81.122
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.585	25.102	7.819	27.512
3.08.02	Diferido	9.585	25.102	7.819	27.512
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.271	-48.850	-15.329	-53.610
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.271	-48.850	-15.329	-53.610
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0277	-0,0741	-0,0245	-0,0857
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,0277	-0,0741	-0,0245	-0,0857

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.271	-48.850	-15.329	-53.610
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.271	-48.850	-15.329	-53.610

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	81.271	82.402
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	110.734	95.036
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-48.850	-53.610
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	113.510	107.769
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	302	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-25.102	-27.512
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-235	-99
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	26.042	19.814
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimo	20.753	23.792
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	2.683	2.943
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	2.798	1.977
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	18.833	19.962
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.893	-12.627
6.01.02.01	Contas a receber	-1.409	-551
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	20	-13
6.01.02.03	Impostos a recuperar	76	2.596
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-52	-768
6.01.02.06	Fornecedores	-1.962	2.139
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	490	-8.922
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-2.350	2.854
6.01.02.09	Obrigações sociais	199	661
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-415	389
6.01.02.15	Outras contas a pagar	1.532	-732
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	20	572
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-2.385	-1.817
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	448	447
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-24.105	-9.482
6.01.03	Outros	430	-7
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-323	431
6.01.03.04	Outros créditos	753	-438
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-67.207	-135.279
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-86.345	-108.023
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-66.110	-34.210
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	86.907	7.114
6.02.11	Aplicação financeira	-1.659	-160
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.482	58.690
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-66.021	-17.760
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	53.452	75.500
6.03.14	Aumento de capital	0	5.500
6.03.16	Captações de risco sacado - principal	185	0
6.03.17	Pagamentos de risco sacado - principal	0	-821
6.03.18	Pagamento arrendamento mercantil	-3.098	-3.729
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.418	5.813

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.683	5.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.265	10.971

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.034.789	0	0	-301.336	0	733.453
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.034.789	0	0	-301.336	0	733.453
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.850	0	-48.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.850	0	-48.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.034.789	0	0	-350.186	0	684.603

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.029.289	0	0	-234.345	0	794.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.029.289	0	0	-234.345	0	794.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500	0	0	0	0	5.500
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500	0	0	0	0	5.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.610	0	-53.610
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.610	0	-53.610
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.034.789	0	0	-287.955	0	746.834

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	260.664	267.823
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	191.908	169.401
7.01.02	Outras Receitas	68.756	98.422
7.01.02.01	Receitas do Serviços de Construção	61.061	90.626
7.01.02.02	Outras	1.971	1.645
7.01.02.03	Juros Capitalizados	5.724	6.151
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-125.360	-152.404
7.02.04	Outros	-125.360	-152.404
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-26.016	-24.215
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-61.061	-90.626
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-9.216	-9.130
7.02.04.04	Custos da Concessão	-5.666	-5.571
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-18.833	-19.962
7.02.04.06	Outros	-4.568	-2.900
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.304	115.419
7.04	Retenções	-113.510	-107.769
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-113.510	-107.769
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.794	7.650
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	290	542
7.06.02	Receitas Financeiras	327	584
7.06.03	Outros	-37	-42
7.06.03.03	Outros	-37	-42
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.084	8.192
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.084	8.192
7.08.01	Pessoal	22.660	20.398
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.509	15.426
7.08.01.02	Benefícios	4.076	4.109
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.075	863
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-8.139	-12.922
7.08.02.01	Federais	-17.846	-21.487
7.08.02.02	Estaduais	7	10
7.08.02.03	Municipais	9.700	8.555
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.869	32.162
7.08.03.01	Juros	20.753	23.792
7.08.03.02	Aluguéis	142	-38
7.08.03.03	Outras	6.974	8.408
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	3.222	3.801
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	3.752	4.607
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-48.850	-53.610
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-48.850	-53.610
7.08.05	Outros	28.544	22.164
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	26.042	19.814
7.08.05.02	Juros Capitalizados sobre Debêntures	2.502	2.350

Niterói-RJ, 10 de novembro de 2021 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A, (“Sociedade”) do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2021 (3T21), período encerrado em 30 de setembro de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia - ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- A Sociedade apresentou um volume de 11,1 milhões de veículos equivalentes no 3T21; um aumento de 10,5% aos 10,1 milhões de veículos equivalentes registrados no 2T21. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 7,6%. Essas variações são reflexo da pandemia causada pelo novo corona vírus (Covid-19), na qual o Estado do Rio de Janeiro adotou várias medidas restritivas a partir de março de 2020 em relação ao funcionamento das pessoas jurídicas e circulação das pessoas físicas. Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade apresentou um volume de 31,9 milhões de veículos equivalentes; um aumento de 13,3% aos 28,2 milhões de veículos equivalentes registrados em 30 de setembro de 2020.

Receita Operacional Bruta

- A Sociedade apresentou uma receita operacional bruta de R\$88,7 milhões no 3T21; um aumento de 10,3% aos R\$80,4 milhões apresentados no 2T21. Essa variação é resultado basicamente de aumento da Receita de Pedágio (R\$6,4 milhões); reflexo da pandemia causada pelo novo corona vírus (Covid-19). Em relação ao mesmo período do ano anterior, a receita operacional reduziu em R\$2,5 milhões (2,8%). Essa variação é resultado basicamente da redução na Receita de Obras (R\$7,4 milhões); reflexos da pandemia causada pelo novo corona vírus (Covid-19). Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade apresentou uma receita operacional bruta de R\$254,5 milhões; uma redução de 2,6% aos R\$261,2 milhões apresentados em 30 de setembro de 2020. Essa variação é resultado basicamente da redução da Receita de Obras (R\$29,5 milhões).

Custos e Despesas

- A Sociedade apresentou custos e despesas operacionais de R\$51,8 milhões no 3T21; um aumento de 11,4% aos R\$46,5 milhões registrados no 2T21. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma redução de 10,9% aos R\$58,2 milhões registrados no 3T20. A variação entre o 3T21 e o 2T21 é resultado basicamente de aumento dos Custos com Serviços de Construção (R\$1,7 milhões), sendo a contrapartida desse valor considerada como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Sociedade (aplicação do ICPC 01) e aumento da Provisão para manutenção em rodovias (R\$2,1 milhões). A redução entre o 3T21 e o 3T20 é resultado basicamente da redução dos Custos com Serviços de Construção (R\$7,4 milhões), sendo a contrapartida desse valor considerada como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Sociedade (aplicação do ICPC

Comentário do Desempenho

Fluminense

01) e redução da Provisão para manutenção em rodovias (R\$1,5 milhões). Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade apresentou custos e despesas operacionais de R\$147,7 milhões; uma redução de 14,3% aos R\$172,3 milhões registrados em 30 de setembro de 2020. Essa variação é resultado basicamente da redução dos Custos com Serviços de Construção (R\$29,5 milhões).

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Sociedade registrou EBITDA (*Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) de R\$31 milhões no 3T21; um aumento de 8,2% em comparação aos R\$28,6 milhões apresentado no 2T21. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 12,3%. Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade registrou EBITDA de R\$90,0 milhões; um aumento de 21,0% em comparação aos R\$74,3 milhões apresentados em 30 de setembro de 2020.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias, encerrou o 3T21 em R\$38,5 milhões; um aumento de 13,2% em relação ao 2T21. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 4,9%. Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade registrou EBITDA Ajustado de R\$108,8 milhões; um aumento de 15,4% em comparação aos R\$94,3 milhões apresentados em 30 de setembro de 2020.

Resultado Financeiro

- A Sociedade registro um resultado financeiro líquido negativo de R\$20,3 milhões no 3T21; um aumento de 24,7% aos R\$16,3 milhões apresentados no 2T21. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 43,2%. Essas variações são reflexo da quinta e sexta liberação das debentures privadas junto a controladora, aumentando o volume de dívidas existentes. Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade registrou um resultado financeiro líquido negativo de R\$50,4 milhões, um aumento de 5,7% aos R\$47,7 milhões apresentado em 30 de setembro de 2020.

Prejuízo Líquido

- A Sociedade registrou um prejuízo de R\$18,2 milhões no 3T21; um aumento de 7,5% aos R\$16,9 milhões apresentados no 2T21. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 19,2%. A variação entre o 3T21 e o 2T21 é reflexo do aumento nos custos de construção, provisão para manutenção em rodovias e despesas financeiras. A variação entre o 3T21 e o 3T20 é reflexo do aumento nas despesas administrativas, amortização do intangível, despesas financeiras e impostos diferidos. Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade registro um prejuízo de R\$48,8 milhões; uma redução de 8,9% aos R\$53,6 milhões apresentados em 30 de setembro de 2020.

Endividamento

- A Sociedade registrou um endividamento bruto de R\$432 milhões no 3T21; uma redução de 4,8% aos R\$454 milhões apresentados no 2T21. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma redução de 16,7%. Essas reduções são reflexo das amortizações dos juros e principal do empréstimo junto ao BNDES no período. Em relação ao endividamento líquido, este encerrou o 3T21 em R\$423 milhões; uma redução de 4,3% aos R\$442 milhões apresentados no 2T21 e redução de 11,4% aos R\$477 milhões apresentados no 3T20; em razão das amortizações dos juros e principal do contrato de empréstimo com o BNDES.

Comentário de Desempenho

Fluminense

Investimentos

- A Sociedade investiu R\$29 milhões no 3TR21 em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: recuperação de obras de artes especiais (Km 214,25, km 225,05, Km 228,61 e Km 242,56); obras ao longo da rodovia relacionadas à manutenção de: pavimentação, elementos de proteção de segurança, sinalização horizontal e vertical, OAE, drenagem, terraplenos, canteiro central e faixa de domínio, edificações e sistemas elétricos e de iluminação; trevo do Km 236,7; passagem de fauna Maratuã; sinistros (em especial os dos Kms 004+500, 008+100, 008+500, 030+100, 114+000 e km 122+000); operação da rodovia (destaque para PMV móvel, remanejamento de fibra e reposição e atualização de equipamentos e sistemas), investimentos ambientais, desapropriação. No acumulado do ano, o total de investimentos da Sociedade foi de R\$86,3 milhões.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$529 milhões (R\$578 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$412 milhões (R\$421 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Covid-19

Os impactos da pandemia da Covid-19 iniciada em meados de março de 2020 se estenderam por todo o 3T21, impactando diretamente o tráfego pedagiado. Durante o 3T21, foram sentidos os maiores impactos do alastramento do vírus no Brasil, e em consequência disso, as medidas de restrição sanitárias e protocolos foram adotados praticamente em todo o território nacional.

Diante desse cenário, a Sociedade manteve e aprimorou diversas medidas mitigantes e de proteção que já haviam sido tomadas logo no início da pandemia:

- Manutenção do Comitê de crise específico para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- Manutenção da política de *home office* para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- Manutenção do rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de *home office*, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro dos escritórios;
- Constante comunicação da liderança trazendo todos os novos desdobramentos a respeito de conscientização dos riscos, prevenção, medidas tomadas e orientações das autoridades;
- Atuação frente aos principais bancos a fim de preservar linhas de crédito e liquidez.

A tabela abaixo apresentada o comportamento do tráfego dentro do trimestre em comparação aos mesmos períodos do ano passado.

Veículos Equivalentes (Mil)	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Leves	5.259	4.659	4.875	12,9%	7,9%	15.140	13.301	13,8%
Pesados	5.936	5.469	5.528	8,5%	7,4%	16.840	14.926	12,8%
Total	11.195	10.128	10.403	10,5%	7,6%	31.980	28.227	13,3%

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Fluminense	11.195	10.128	10.403	10,5%	7,6%	31.980	28.227	13,3%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	2021	2020	Var% 2021/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	88.742	80.482	91.285	10,3%	-2,8%	254.527	261.253	-2,6%
Receitas de pedágio	67.179	60.777	62.432	10,5%	7,6%	191.908	169.401	13,3%
Receitas de obras	21.001	19.255	28.446	9,1%	-26,2%	61.061	90.626	-32,6%
Receitas acessórias	562	450	407	24,9%	38,1%	1.558	1.226	27,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.890)	(5.305)	(5.458)	11,0%	7,9%	(16.760)	(14.490)	15,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	82.852	75.177	85.827	10,2%	-3,5%	237.767	246.763	-3,6%
CUSTOS E DESPESAS	(51.898)	(46.577)	(58.252)	11,4%	-10,9%	(147.754)	(172.380)	-14,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(18.444)	(17.901)	(17.537)	3,0%	5,2%	(54.567)	(50.157)	8,8%
Custo dos serv. de construção	(21.001)	(19.255)	(28.446)	9,1%	-26,2%	(61.061)	(90.626)	-32,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.003)	(4.040)	(3.459)	23,8%	44,6%	(13.686)	(12.054)	13,5%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.601)	(5.455)	(9.163)	39,3%	-17,0%	(18.833)	(19.962)	-5,7%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	151	74	353	104,1%	-57,2%	393	419	-6,2%
EBITDA	30.954	28.600	27.575	8,2%	12,3%	90.013	74.383	21,0%
Margem EBITDA	50,0%	51,1%	48,1%			50,9%	47,6%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(38.438)	(37.885)	(36.494)	1,5%	5,3%	(113.510)	(107.769)	5,3%
Depreciação de imobilizado	(271)	(302)	(333)	-10,3%	-18,6%	(889)	(1.053)	-15,6%
Amortização do intangível	(37.144)	(36.560)	(34.871)	1,6%	6,5%	(109.821)	(102.942)	6,7%
Amortização do direito de uso	(1.023)	(1.023)	(1.290)	0,0%	-20,7%	(2.800)	(3.774)	-25,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(20.372)	(16.341)	(14.229)	24,7%	43,2%	(50.455)	(47.736)	5,7%
Receitas financeiras	110	115	70	-4,3%	57,1%	327	584	-44,0%
Despesas financeiras	(20.482)	(16.456)	(14.299)	24,5%	43,2%	(50.782)	(48.320)	5,1%
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(27.856)	(25.626)	(23.148)	8,7%	20,3%	(73.952)	(81.122)	-8,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.585	8.634	7.819	11,0%	22,6%	25.102	27.512	-8,8%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	9.585	8.634	7.819	11,0%	22,6%	25.102	27.512	-8,8%
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(18.271)	(16.992)	(15.329)	7,5%	19,2%	(48.850)	(53.610)	-8,9%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	2021	2020	Var% 2021/2020
EBITDA ¹	30.954	28.600	27.575	8,2%	12,3%	90.013	74.383	21,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.601	5.455	9.163	39,3%	-17,0%	18.833	19.962	-5,7%
EBITDA Ajustado ²	38.555	34.055	36.738	13,2%	4,9%	108.846	94.345	15,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP C 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* <http://ri.arteris.com.br> e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury L.L.C. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

Relicitação

No dia 19 de maio de 2020 a Sociedade informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que, protocolou nesta data junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, pedido de adesão ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre esta autarquia e a Fluminense, nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. Tanto a Sociedade quanto a Arteris adotarão todas as providências necessárias para o cumprimento das condições estabelecidas no processo de relicitação. Em 09 de setembro de 2021 a Diretoria Geral da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento da relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. De acordo com o estabelecido no Decreto nº 9.957/19, para que o procedimento de qualificação seja concluído, ainda deverá haver manifestação do Ministério da Infraestrutura e do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e posterior deliberação do Presidente da República. Durante as negociações com o Poder Concedente, todos os serviços de atendimento aos usuários da BR-101/RJ continuarão a ser prestados e realizados normalmente. Este processo será irrevogável e irretroatável somente após cumpridos os requisitos considerados no Decreto nº 9.957/2019 e após assinatura de aditivo segundo previsto na Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. A conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e posterior deferimento pelo Presidente da República. Cabe ressaltar que a conclusão desse processo depende da aceitação final pela Fluminense dos termos propostos pela ANTT acerca de aditivo contratual. Nas circunstâncias atuais do contrato de concessão não há expectativa de perdas dos

Notas Explicativas

ativos e há projeções de lucros tributáveis futuros. Caso seja aprovado o pedido de relicitação, ajustes materiais poderão ocorrer. A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade não espera ajustes materiais reconhecidos nas demonstrações contábeis.

A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

2. CONCESSÃO

No trimestre de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“trimestre”), e no período 01 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“período”), não ocorreram mudanças na concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid – 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema “S” na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 terão seus vencimentos postergados e serão depositados a partir de setembro a dezembro de 2021.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas referente ao exercício de 2021, foram aplicadas para o período findo em 30 de setembro de 2021, porém a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da Autopista Fluminense S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações

Notas Explicativas

contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de novembro de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas informações contábeis intermediárias.

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	917	1.779
Aplicações financeiras (*)	3.348	3.904
Total	4.265	5.683

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos (**)	1.659	-
Total	1.659	-

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,7% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. (83,5% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.09.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	12.642	-	11.575	-
Cupons de pedágio a receber	396	-	400	-
Cartões de pedágio a receber	102	-	53	-
Receitas acessórias a receber (a)	198	1.127	32	996
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Total	13.339	1.127	12.061	996

(a) Receitas acessórias referentes ao uso da faixa de domínio.

Em relação ao saldo total do contas a receber sobre as receitas acessórias, 45% pertencem a empresa Transportadora Associada de Gás S.A – TAG, e são referentes ao contrato sobre a utilização da faixa de domínio para o cruzamento subterrâneo transversal e ocupação longitudinal de um gasoduto pelo prazo de vigência da concessão.

Notas Explicativas**Cronograma de recebimento**

	30.09.2021	30.09.2021	31.12.2020	31.12.2020
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	13.339	1.127	12.061	996
	<u>13.339</u>	<u>1.127</u>	<u>12.061</u>	<u>996</u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.856)	(73.952)	(23.148)	(81.122)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	9.471	25.144	7.870	27.581
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	114	(42)	(51)	(69)
Total	<u>9.585</u>	<u>25.102</u>	<u>7.819</u>	<u>27.512</u>
Imposto Contabilizado	9.585	25.102	7.819	27.512
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	9.585	25.102	7.819	27.512
	<u>9.585</u>	<u>25.102</u>	<u>7.819</u>	<u>27.512</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)

Notas Explicativasb) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Total	
	30.09.2021	31.12.2020
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	532.084	458.678
Provisão de participação nos lucros	1.378	1.583
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	47.571	47.158
Outras provisões	509	1.112
Provisão para manutenção de rodovias	58.323	59.950
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	346	336
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	640.211	568.817
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>217.672</u>	<u>193.398</u>
 <u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	22.144	19.684
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(215)	(191)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(37.091)	(39.527)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(12.611)</u>	<u>(13.439)</u>
 Base do imposto de renda e contribuição social	<u>205.061</u>	<u>179.959</u>
 Impostos diferidos não constituídos		
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>205.061</u>	<u>179.959</u>

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	28.245	73.406	22.633	76.725
Provisão de participação nos lucros	496	(205)	382	(1.035)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	297	413	(1.095)	160
Outras provisões	82	(603)	375	417
Provisão para manutenção de rodovias	(1.789)	(1.627)	(78)	2.257
Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	-	-	-	1
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	49	10	(34)	(44)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14				
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	820	2.460	821	2.461
Amortização estorno de capitalização de juros	(8)	(24)	(8)	(24)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	28.192	73.830	22.996	80.918
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	9.585	25.102	7.819	27.512
Total do imposto de renda e contribuição social	9.585	25.102	7.819	27.512

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentados em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Período a findar-se em:

Impostos diferido Ativo não circulante	
2023	1.771
2024	3.141
2025	10.592
2026	12.350
Após 2026	153.055
	<u>180.909</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2021 o saldo é de R\$3.886 (R\$24.583 em 31 de dezembro de 2020), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 91,6% a.a (86,2% a.a em 31 de dezembro de 2020) da variação do CDI.

Notas Explicativas**9. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (b)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2020	15.552	2.447	368	613	-	2.259	-	21.239
Adições	40	8	-	3	-	4	-	55
Baixas	(5.247)	(24)	-	(315)	-	(129)	-	(5.715)
Saldo em 30.09.2021	<u>10.345</u>	<u>2.431</u>	<u>368</u>	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>2.134</u>	<u>-</u>	<u>15.579</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2020	(5.725)	(1.616)	(22)	(337)	-	(1.177)	-	(8.877)
Amortização	(1.242)	(693)	(216)	(166)	-	(483)	-	(2.800)
Baixa	5.247	24	-	315	-	129	-	5.715
Saldo em 30.09.2021	<u>(1.720)</u>	<u>(2.285)</u>	<u>(238)</u>	<u>(188)</u>	<u>-</u>	<u>(1.531)</u>	<u>-</u>	<u>(5.962)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2020	9.827	831	346	276	-	1.082	-	12.362
Saldo em 30.09.2021	8.625	146	130	113	-	603	-	9.617
Taxas de amortização - a.a.	17%	94%	65%	62%	0%	72%	0%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros	Total
<u>Custo direito de uso</u>								
Saldo em 31.12.2019	6.651	2.372	690	435	103	2.231	424	12.906
Adições	130	77	77	5	6	(18)	37	314
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	461	-	(461)	-
Saldo em 30.09.2020	<u>6.781</u>	<u>2.449</u>	<u>767</u>	<u>440</u>	<u>570</u>	<u>2.213</u>	<u>-</u>	<u>13.220</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2019	(2.752)	(791)	(460)	(168)	(54)	(610)	(280)	(5.115)
Amortização	(2.122)	(620)	(275)	(131)	(45)	(414)	(167)	(3.774)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	(447)	-	447	-
Saldo em 30.09.2020	<u>(4.874)</u>	<u>(1.411)</u>	<u>(735)</u>	<u>(299)</u>	<u>(546)</u>	<u>(1.024)</u>	<u>-</u>	<u>(8.889)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>								
Saldo em 31.12.2019	3.899	1.581	230	267	49	1.621	144	7.791
Saldo em 30.09.2020	1.907	1.038	32	141	24	1.189	-	4.331
	30%	24%	29%	29%	35%	19%	0%	
Taxas de amortização - a.a.								

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação da sede administrativa e escritórios.

O potencial Pis/Cofins (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de setembro de 2021 são respectivamente R\$59 e R\$271 para PIS e Cofins.

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2020	1.298	3.294	708	2.315	3.894	1	11.510
Transferências/reclassificações	-	-	94	-	-	-	94
Alienações/baixas	-	-	(572)	-	-	-	(572)
Saldo em 30.09.2021	<u>1.298</u>	<u>3.294</u>	<u>230</u>	<u>2.315</u>	<u>3.894</u>	<u>1</u>	<u>11.032</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(734)	(2.094)	(508)	(1.050)	(2.123)	-	(6.509)
Depreciações	(72)	(363)	(76)	(135)	(243)	-	(889)
Alienações/baixas	-	-	355	-	-	-	355
Saldo em 30.09.2021	<u>(806)</u>	<u>(2.457)</u>	<u>(229)</u>	<u>(1.185)</u>	<u>(2.366)</u>	<u>-</u>	<u>(7.043)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	564	1.200	200	1.265	1.771	1	5.001
Saldo em 30.09.2021	492	837	1	1.130	1.528	1	3.989
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2019	1.298	3.294	708	2.315	3.894	1	11.510
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2020	<u>1.298</u>	<u>3.294</u>	<u>708</u>	<u>2.315</u>	<u>3.894</u>	<u>1</u>	<u>11.510</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2019	(629)	(1.532)	(316)	(870)	(1.787)	-	(5.134)
Depreciações	(81)	(441)	(144)	(135)	(252)	-	(1.053)
Saldo em 30.09.2020	<u>(710)</u>	<u>(1.973)</u>	<u>(460)</u>	<u>(1.005)</u>	<u>(2.039)</u>	<u>-</u>	<u>(6.187)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2019	669	1.762	392	1.445	2.107	1	6.376
Saldo em 30.09.2020	588	1.321	248	1.310	1.855	1	5.323
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.352.089	4.070	1.064	2.357.223	200.567	2.557.790
Adições	45.189	758	-	45.947	21.593	67.540
Transferências/reclassificações	26.396	-	(2)	26.394	(26.488)	(94)
Alienações/baixas	(125)	-	-	(125)	-	(125)
Saldo em 30.09.2021	2.423.549	4.828	1.062	2.429.439	195.672	2.625.111
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(617.421)	(2.614)	-	(620.035)	-	(620.035)
Amortizações	(109.011)	(810)	-	(109.821)	-	(109.821)
Alienações/baixas	40	-	-	40	-	40
Saldo em 30.09.2021	(726.392)	(3.424)	-	(729.816)	-	(729.816)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.734.668	1.456	1.064	1.737.188	200.567	1.937.755
Saldo em 30.09.2021	1.697.157	1.404	1.062	1.699.623	195.672	1.895.295
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	2.234.609	3.276	4.567	2.242.452	189.702	2.432.154
Adições	35.772	775	2.438	38.985	55.064	94.049
Transferências/reclassificações	51.324	-	(5.941)	45.383	(45.383)	-
Saldo em 30.09.2020	<u>2.321.705</u>	<u>4.051</u>	<u>1.064</u>	<u>2.326.820</u>	<u>199.383</u>	<u>2.526.203</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(479.813)	(1.692)	-	(481.505)	-	(481.505)
Amortizações	(102.332)	(610)	-	(102.942)	-	(102.942)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2020	<u>(582.145)</u>	<u>(2.302)</u>	<u>-</u>	<u>(584.447)</u>	<u>-</u>	<u>(584.447)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.754.796	1.584	4.567	1.760.947	189.702	1.950.649
Saldo em 30.09.2020	1.739.560	1.749	1.064	1.742.373	199.383	1.941.756
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas. Sendo como principal natureza a duplicação da BR101/RJ.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R\$5.724 (R\$6.151 em 30 de setembro de 2020) referente a custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte dos intangíveis e intangíveis em andamento. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 0,74% e em 2020 1,06%, do total de juros provisionados no período, vide nota 12.

Análise de impairment

A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 30 de setembro de 2021 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado da Sociedade, classificada como UGC em operação em 31 de dezembro de 2020, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis, não identificando indicadores que pudessem gerar a necessidade de uma nova projeção, uma vez que as premissas se mantiveram as mesmas.

Para as análises de *impairment*, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para a UGC, custos operacionais, inflação, período de projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings Before Taxes - EBT*). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Notas Explicativas

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2021	31.12.2020
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	dez-24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	178.940	214.857
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP e TJLP+2,45% a.a.	nov-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	256.466	286.700
				<u>435.406</u>	<u>501.557</u>
			Custo de transação	<u>(2.815)</u>	<u>(3.263)</u>
			Total Geral	<u>432.591</u>	<u>498.294</u>
			Circulante	93.777	89.737
			Não circulante	<u>338.814</u>	<u>408.557</u>
			Total	432.591	498.294

Notas Explicativas

Estão representados por:

Moeda nacional	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	90.333	411.224	501.557	74.652	448.815	523.467
Juros provisionados	23.975	-	23.975	27.593	-	27.593
Amortização de principal	(66.021)	-	(66.021)	(18.581)	-	(18.581)
Pagamento de juros	(24.105)	-	(24.105)	(9.482)	-	(9.482)
Transferência	70.191	(70.191)	-	14.146	(14.146)	-
AVP/Risco sacado	-	-	-	1	-	1
	<u>94.373</u>	<u>341.033</u>	<u>435.406</u>	<u>88.329</u>	<u>434.669</u>	<u>522.998</u>
Custo de transação	(596)	(2.219)	(2.815)	(596)	(2.816)	(3.412)
Saldo final	<u>93.777</u>	<u>338.814</u>	<u>432.591</u>	<u>87.733</u>	<u>431.853</u>	<u>519.586</u>

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	24.320
2023	101.691
2024	109.138
2025	53.456
Após 2026	52.428
	<u>341.033</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA - <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cálculo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

Notas Explicativas

3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2021 o saldo de R\$9.894 (R\$14.919 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$10.984 (R\$10.439 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.09.2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2020	3.280	9.418	12.698
Adições	55	-	55
Utilizações	(3.494)	-	(3.494)
Ajuste a valor presente	704	-	704
Transferências	2.372	(2.372)	-
Saldo em 30.09.2021	<u>2.917</u>	<u>7.046</u>	<u>9.963</u>
	30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	4.348	3.845	8.193
Adições	-	314	314
Utilizações	(4.223)	-	(4.223)
Ajuste a valor presente	405	-	405
Transferências	2.894	(2.894)	-
Saldo em 30.09.2020	<u>3.424</u>	<u>1.265</u>	<u>4.689</u>

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	230
2023	1.823
2024	2.535
2025	<u>2.458</u>
	<u>7.046</u>

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	63	-	23	-
Computadores e periféricos	46	-	-	-
Imóveis	-	-	4	-
	<u>109</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>-</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$3.098 (R\$3.729 em 30 de setembro de 2020).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de setembro de 2021 a taxa média é de 8,42% a.a. (9,10% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Fernão Dias S.A. (f)	-	20
Contas a receber de partes relacionadas circulante	-	20
Total parte relacionada no ativo circulante	-	20
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	1.940	2.925
Fernão Dias S.A. (e)	123	82
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	14.656	14.759
Passivos com partes relacionadas circulante	16.719	17.766
Total do passivo circulante	16.719	17.766
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (d)	-	297.357
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	842.071	467.000
Empréstimos partes relacionadas não circulante	842.071	764.357
Total do passivo não circulante	842.071	764.357

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.09.2021			30.09.2020		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)/(e)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)/(e)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A. (a)	-	(28.544)	(6.189)	-	(22.164)	(4.647)
Juros Capitalizados (*)	-	2.502	-	-	2.350	-
Outras partes relacionadas						
Fernão Dias S.A. (e)	-	-	(387)	-	-	-
Total	-	(26.042)	(6.576)	-	(19.814)	(4.647)

(*)Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2021			30.09.2020		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)/(e)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)/(e)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(22.302)	(2.099)	-	(13.280)	(1.659)
Juros Capitalizados (*)	-	1.933	-	-	1.413	-
Outras partes relacionadas						
Fernão Dias S.A. (e)	-	-	(167)	-	-	-
Total	-	(20.369)	(2.266)	-	(11.867)	(1.659)

(*)Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Notas Explicativas

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.

b) Refere-se a obras e serviços que foram realizados na rodovia, tais como manutenção e conservação de pavimento, fornecimento de material pétreo para obras de melhoramentos, fornecimento de equipe para manutenção de OEA, supervisão de obra e controle tecnológico, com regime de contratação por preço contratual fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA.

c) Decorrentes da 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os títulos da 2^a, 3^a e 4^a serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro de 2024; o título da 5^a será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro de 2024 e o título da 6^a será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano entre a data de emissão e o dia 31 de março de 2021 e *spread* de 1,6% ao ano entre o dia 01 de abril de 2021 e o dia 31 de dezembro de 2024, que é a data de vencimento do principal e juros. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

DEBÊNTURES PRIVADAS			30.09.2021		31.12.2020	
Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,5% a.a.	72.004	48.549	72.004	44.647
03.07.2015	31.12.2024	CDI + 1,5% a.a.	12.000	7.586	12.000	6.959
19.10.2015	31.12.2024	CDI + 1,5% a.a.	35.000	19.950	35.000	18.199
21.05.2018	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	280.000	23.533	262.900	15.291
22.03.2021	31.12.2024	CDI + 1,6% a.a.	336.530	6.919	-	-
			<u>735.534</u>	<u>106.537</u>	<u>381.904</u>	<u>85.096</u>

d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano. Em abril de 2021 as dívidas com contratos de mútuos foram convertidas em dívidas com debentures privadas, com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2024, com taxa de juros equivalente a 100% CDI acrescida de *spread* de 1,6% ao ano.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06.10.2008	31.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	-	-	8.000	14.473
27.10.2008	31.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	-	-	9.000	16.106
05.11.2008	31.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	-	-	6.000	10.683
27.11.2008	31.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	-	-	7.000	12.323
05.12.2008	31.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	-	-	5.000	8.764
19.12.2008	31.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	-	-	8.000	13.921
13.09.2013	31.12.2024	CDI + 1,7% a.a.	-	-	18.000	16.116
18.12.2013	31.12.2024	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	17.014
15.01.2014	31.12.2024	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	16.106
10.02.2014	31.12.2024	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	15.861
15.05.2014	31.12.2024	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	14.990
			-	-	141.000	156.357

Passivos Circulante e Não Circulante	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	764.357	764.357	-	630.673	630.673
Captações/Liberação	-	53.452	53.452	33.100	42.400	75.500
Juros provisionados	-	28.544	28.544	2.380	19.784	22.164
IR recuperar	-	(4.282)	(4.282)	(357)	(2.967)	(3.324)
Transferências	-	-	-	207.194	(207.194)	-
Saldo final	-	842.071	842.071	242.317	482.696	725.013

e) Refere-se a reembolso de rateios de funcionários da Gerência Administrativa Financeira e Gerência Jurídica.

f) Refere-se a reembolso de rateio de funcionário da Coordenação de Planejamento Financeiro.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias em 2021 não realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade. Em 30 de setembro de 2020 o saldo foi de R\$36.051, em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 30 de setembro de 2021, a Sociedade reconheceu, o montante de R\$558 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$953 relativos ao rateio da “Holding”, que totalizam R\$1.511 (R\$851 e R\$1.047 em 30 de setembro de 2020), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.500. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas metrcas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.378 e R\$1.583.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA consolidado e por Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o período findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2021
Cíveis	28.570	4.428	(1.572)	(1.660)	-	29.766
Trabalhistas	248	208	(101)	(136)	-	219
Regulatório	18.340	589	(754)	(589)	-	17.586
Total	47.158	5.225	(2.427)	(2.385)	-	47.571

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2020
Cíveis	27.050	2.353	(995)	(1.087)	-	27.321
Trabalhistas	925	1.116	(827)	(697)	-	517
Regulatório	18.238	1.496	(1.712)	(33)	546	18.535
Total	46.213	4.965	(3.534)	(1.817)	546	46.373

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$17.586 (R\$18.340 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Notas Explicativas

Possíveis	30.09.2021	31.12.2020
Cíveis	4.687	1.993
Trabalhistas	525	609
Regulatório	5.465	5.382
Fiscal	4.395	3.299
Total	15.072	11.283

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$700 em 30 de setembro de 2021 (R\$648 em 31 de dezembro de 2020) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 4,81% a.a., considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	25.924	34.026	59.950
Adições/Reversões	1.549	17.284	18.833
Utilizações	(22.439)	-	(22.439)
Ajuste a valor presente	841	1.138	1.979
Transferências	23.186	(23.186)	-
Saldo em 30.09.2021	29.061	29.262	58.323

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	28.729	26.421	55.150
Adições/Reversões	4.687	15.275	19.962
Utilizações	(20.242)	-	(20.242)
Ajuste a valor presente	1.285	1.252	2.537
Transferências	11.579	(11.579)	-
Saldo em 30.09.2020	26.038	31.369	57.407

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2021, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$22.208 (R\$22.198 em 30 de setembro de 2020).

Notas Explicativas

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital Social Subscrito em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.034.789, composto por 658.918.293 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizados pelo valor de R\$1.034.789.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do trimestre e do período é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	67.179	191.908	62.432	169.401
Receita de serviços de construção	21.001	61.061	28.446	90.626
Outras receitas	562	1.558	407	1.226
Receita bruta	88.742	254.527	91.285	261.253
ISSQN	(3.401)	(9.653)	(3.161)	(8.519)
PIS	(440)	(1.257)	(408)	(1.088)
COFINS	(2.032)	(5.803)	(1.885)	(4.872)
Outras deduções	(17)	(47)	(4)	(11)
Receita líquida	82.852	237.767	85.827	246.763

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(4.956)	(15.528)	(4.883)	(13.677)
Serviços de terceiros	(4.707)	(14.469)	(4.563)	(13.406)
Conservação	(4.311)	(12.002)	(3.909)	(11.263)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(204)	(586)	(281)	(605)
Consumo	(1.282)	(3.398)	(1.191)	(3.230)
Transportes	(797)	(2.056)	(688)	(2.054)
Verba de fiscalização	(1.391)	(4.153)	(1.331)	(3.974)
Seguros / Garantias	(416)	(1.512)	(576)	(1.596)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.601)	(18.833)	(9.163)	(19.962)
Custos de serviços da construção	(21.001)	(61.061)	(28.446)	(90.626)
Depreciação / Amortização	(38.202)	(112.791)	(36.460)	(107.628)
Outros	(380)	(863)	(115)	(352)
Total	<u>(85.248)</u>	<u>(247.252)</u>	<u>(91.606)</u>	<u>(268.373)</u>

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(2.410)	(7.131)	(2.444)	(6.722)
Serviços de terceiros	(468)	(1.333)	(376)	(1.419)
Manutenção de bens e conservação	(238)	(726)	(207)	(794)
Consumo	(217)	(693)	(169)	(620)
Transportes	(17)	(17)	48	151
Seguros/Garantias	(6)	(17)	(32)	(40)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.758)	(2.798)	45	(1.431)
Comunicação e marketing	(52)	(167)	(42)	(123)
Indenizações à terceiros	-	-	5	(5)
Publicações legais	(19)	(276)	(2)	(237)
Depreciação / Amortização	(236)	(719)	(34)	(141)
Outros	182	(528)	(285)	(814)
Total	<u>(5.239)</u>	<u>(14.405)</u>	<u>(3.493)</u>	<u>(12.195)</u>

Notas Explicativas

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	109	323	68	193
Créditos fiscais	1	4	2	391
Total	110	327	70	584
	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(18.960)	(46.795)	(13.255)	(43.606)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(994)	(2.683)	(626)	(2.943)
Outras despesas	(491)	(1.267)	(376)	(1.729)
Total	(20.445)	(50.745)	(14.257)	(48.278)

(*) Do total dos juros de financiamento, debêntures e mútuos incorridos em 30 de setembro de 2021 no valor de R\$52.519, o montante de R\$5.724 foi capitalizado (R\$6.151 em 30 de setembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento.

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Informações suplementares

	30.09.2021	30.09.2020
Total das adições de intangível e intangível em andamento	67.540	94.049
Juros capitalizados - Debêntures Privadas	(2.502)	(2.350)
Juros capitalizados - Financiamentos	(3.222)	(3.801)
	61.816	87.898
Aquisição (adições)	(61.816)	(87.898)
Fornecedores	(3.157)	(4.959)
Obrigações fiscais	(291)	(1.364)
Contas a pagar - partes relacionadas	(1.537)	11.425
Cauções contratuais	2.895	(4.985)
Realização manutenção ICPC 12 em rodovias	(22.439)	(20.242)
Total dos fluxos de caixa na compra de imobilizado, intangível e intangível em andamento.	(86.345)	(108.023)
Fluxo de caixa intangível	(86.345)	(108.023)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(86.345)	(108.023)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(24.529)	(20.125)

Notas Explicativas**23. PREJUÍZO POR AÇÃO**

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(18.271)	(48.850)	(15.329)	(53.610)
Número de ações durante período	658.918	658.918	625.841	625.841
Prejuízo por ação	<u>(0,0277)</u>	<u>(0,0741)</u>	<u>(0,0245)</u>	<u>(0,0857)</u>

(*) vide cálculo referente a média ponderada do número de ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2020	0	0,00%	-	658.918.293	658.918.293
	30.09.2021	273	0,00%	-	658.918.293	658.918.293
Média ponderada (em milhares)						<u>658.918</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.09.2021		31.12.2020	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	4.265	4.265	5.683	5.683
Aplicação financeira	Nível 2	1	1.659	1.659	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	2	14.466	14.466	13.057	13.057
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	-	-	20	20
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	3.886	3.886	24.583	24.583
Outros Créditos	Nível 2	2	2.674	2.674	3.598	3.598
			<u>26.950</u>	<u>26.950</u>	<u>46.941</u>	<u>46.941</u>
Financiamentos (**)	Nível 2	2	432.589	432.589	498.294	498.294
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	187	187	-	-
Mútuos - partes relacionadas	Nível 2	2	-	-	297.357	297.357
Debentures privadas - partes relacionadas	Nível 2	1	842.071	842.071	467.000	467.000
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	16.719	16.719	17.766	17.766
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	20.878	20.878	25.358	25.358
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	464	464	444	444
Outras contas a pagar	Nível 2	2	3.035	3.035	1.503	1.503
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2)) (***)	Nível 2	1	9.963	9.963	12.698	12.698
			<u>1.325.906</u>	<u>1.325.906</u>	<u>1.320.420</u>	<u>1.320.420</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

(***) Não é escopo do CPC 48

Notas Explicativas

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Receita de aplicações financeiras	853	1.066	1.279
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(81.771)	(99.865)	(117.958)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(80.918)</u>	<u>(98.799)</u>	<u>(116.679)</u>
 TJLP	 5,32%	 6,65%	 7,98%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(34.430)	(40.369)	(46.307)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(34.430)</u>	<u>(40.369)</u>	<u>(46.307)</u>
 Juros a incorrer líquido no resultado	 <u>(115.348)</u>	 <u>(139.168)</u>	 <u>(162.986)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 01 de outubro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$12.642 (R\$11.575 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Move mais, Veloe e Geenpass decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Para o período findo em 30 de setembro de 2021 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$153.083 (R\$151.008 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
BNDES Automático	7,35%	30.218	120.870	12.870	120.870	113.545	398.373
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	986	2.870	2.553	3.065	3.339	12.813
Partes relacionadas	3,89%	-	-	-	1.095.453	-	1.095.453
Fornecedores e cauções contratuais	-	9.894	10.984	-	-	-	20.878
Fornecedores partes relacionadas	-	16.719	-	-	-	-	16.719
Outras contas a pagar	-	3.035	-	-	-	-	3.035
		<u>60.852</u>	<u>134.724</u>	<u>15.423</u>	<u>1.219.388</u>	<u>116.884</u>	<u>1.547.271</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10 a 31.12.2021	01.01 a 30.04.2022	01.05 a 31.07.2022	01.08 a 31.10.2022	Total
BNDES Automático	7,35%	30.218	30.218	30.218	30.218	120.872
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	986	843	764	697	3.290
Partes relacionadas	3,89%	-	-	-	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	9.894	-	10.984	-	20.878
Fornecedores partes relacionadas	-	16.719	-	-	-	16.719
Outras contas a pagar	-	3.035	-	-	-	3.035
		<u>60.852</u>	<u>31.061</u>	<u>41.966</u>	<u>30.915</u>	<u>164.794</u>

Notas Explicativas

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia (*) Por sinistro	Garantia de execução do Contrato de Concessão	108.806

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 30 de setembro de 2021 é de R\$28.107 (R\$21.468 em 31 de dezembro de 2020).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.
Niterói – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Relicitação do contrato de concessão

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, do trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão (reequilíbrio econômico), a Autopista Fluminense S.A., manifestou o pedido junto ao poder Concedente de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17, iniciando assim, os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. A conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e posterior deferimento pelo Presidente da República, cabe ressaltar que a conclusão desse processo depende da aceitação final pela Autopista Fluminense S.A. dos termos propostos pela ANTT acerca de aditivo contratual. Nossa conclusão não está ressalvada em relação esse assunto.

Outro Assunto- Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Niterói-RJ, 10 de novembro de 2021.

Diretoria

Simone Aparecida Borsato - Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alisson de Almeida Freire - Diretor de Operações

André Giavina Bianchi - Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza - Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

Considerações finais

As Informações financeiras intermediárias da Sociedade, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Niterói-RJ, 10 de novembro de 2021.

Diretoria

Simone Aparecida Borsato - Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alisson de Almeida Freire - Diretor de Operações

André Giavina Bianchi - Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza - Diretor de Manutenção